



Índice

- 01** Em Defesa das Terras Sagradas dos Tupinambá
- 02** Justiça Federal determina reparação a povos indígenas Tenharim e Jiahui por danos causados pela construção da rodovia Transamazônica
- 03** Nota de apoio do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra à luta do povo Tupinambá de Olivença
- 04** Povo Munduruku enfrenta garimpeiros em seu território tradicional
- 05** Paes apresenta projeto de cotas para negros e índios em concursos
- 06** Funai confirma ataque de fazendeiros durante protesto de comunidade indígena
- 07** BA: MP investiga agressão de oficiais da Marinha a quilombolas
- 08** INFORME 16 – Operação de Desintrusão da Terra Indígena Awá
- 09** SESAÍ pára e índios ficarão sem atendimento nesta 3ª em Paranhos
- 10** Valmir critica a Marinha e rebate deputado sobre quilombolas, índios e população LGBT
- 11** Inédito: Comissão Nacional da Verdade ouve indígenas de MS sobre expulsão de terras tradicionais na sexta, dia 21
- 12** Ribeirinhos de Afuá receberão incentivo para diversificar a produção
- 13** Ministério Público entra com representação contra deputados



- 14 Com alimentos da agricultura familiar, merenda escolar ganha em qualidade
- 15 Reserva indígena de Dourados e aldeia de Caarapó vão receber policiamento federal
- 16 Pré-Vestibular Quilombola tem 19 aprovados em instituições públicas de ensino
- 17 Babaulândia: Entenda o esquema da antropologia para fabricar índios no sul da Bahia
- 18 Indígenas fazem protesto no Núcleo de Educação de Pato Branco
- 19 Executivo propõe quiosque na ERS-130
- 20 Sai resultado preliminar do processo seletivo para escolas indígenas de RR
- 21 Moradores retirados de Marãiwatsédé serão assentados em Santa Terezinha e Alto Boa Vista
- 22 Líderes de movimentos sociais criticam e pedem a cassação do deputado Luis Carlos Heinze
- 23 Índio Guarani Kaiowa é espancado e abandonado no mato
- 24 Vandalismo teve participação de não-índios no protesto dos Kaimbés, acredita a polícia
- 25 Por que a Funai tem medo do diálogo?
- 26 Ilhéus: criação de terra indígena aumenta conflito no campo
- 27 Índios continuam acampados em fazenda de Iguatemi
- 28 Defensores de cotas para negros em concursos pedem votação de projeto pela Câmara



Boletim de Notícias - Edição nº 31./ 2014

Brasília, 18 de fevereiro de 2014.

-
- 29** Moção de Apoio À Criação das Unidades de Conservação de Uso Sustentável nos Cerrados de Minas Gerais
 - 30** Movimento Geraizeiro e Articulação Rosalino Cobram Agilidade do Ministério do Meio Ambiente e da Presidenta Dilma para Criação da RDS Nascentes dos Gerais



Boletim de Notícias - Edição nº 31./ 2014

Brasília, 18 de fevereiro de 2014.

Em Defesa das Terras Sagradas dos Tupinambá

SÍTIO CIMI, 17.02.2014

Pela imediata suspensão das decisões de reintegração de posse dentro da Terra Indígena Tupinambá de Olivença

Apesar dos indígenas ocuparem a área da Serra do Padeiro desde muito antes da chegada dos portugueses, a Justiça Federal e Estadual da Bahia concederam dezenas de liminares e/ou decisões em ações de reintegração de posse contra o povo Tupinambá, cuja ocupação é secular. No último dia 30 de janeiro, uma base militar chegou a ser montada na Serra do Padeiro para que as forças federais (Polícia Federal e Força Nacional), com apoio da Polícia Militar, promovessem a retirada dos indígenas das terras reconhecidas como tradicionalmente ocupadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai) desde 2009.

Na última semana, forças do Exército foram enviadas para os municípios de Una e Buerarema, nas proximidades da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, sob o pretexto de conflito entre indígenas e pequenos agricultores. Este argumento não é verdadeiro, já que muitos dos ataques contra a população indígena partem de não índios contrários à conclusão do processo administrativo. Por outro lado, muitos dos pequenos agricultores já afirmaram que apenas aguardam as indenizações para saírem das terras. Cabe ressaltar que, de modo geral, a relação com os pequenos produtores é bastante amistosa, a ponto de mais de 200 crianças, jovens e adultos não indígenas, estudarem na Escola Estadual Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro.

O Procurador Geral da República, Rodrigo Janot Monteiro de Barros, entrou com um recurso no Supremo Tribunal Federal (STF) – Suspensão de Liminar nº 758 – solicitando a suspensão das decisões de reintegração de posse. No dia 7 de fevereiro, a Comunidade Indígena da Serra do Padeiro peticionou pedindo seu ingresso como assistente do Ministério Público Federal (MPF), reforçando seus argumentos e juntando diversos documentos sobre violências contra os indígenas.

Participe da Campanha EM DEFESA DAS TERRAS SAGRADAS DOS TUPINAMBÁ

Envie sua mensagem ao Presidente do Supremo Tribunal Federal no e-mail audienciaspresidencia@stf.jus.br ou ligue para 61-3217-4017 e manifeste seu apoio ao povo Tupinambá.



Justiça Federal determina reparação a povos indígenas Tenharim e Jiahui por danos causados pela construção da rodovia Transamazônica
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.02.2014

Proteção de locais sagrados, garantia de acesso à educação e instalação de polo-base nas terras indígenas dos Tenharim e Jiahui estão entre as medidas asseguradas em decisão liminar

A Justiça Federal concedeu decisão liminar em ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) determinando que a União e a Fundação Nacional do Índio (Funai) adotem medidas para reparar os danos permanentes causados aos povos indígenas Tenharim e Jiahui em decorrência da construção da rodovia Transamazônica (BR-230) em seus territórios.

A decisão determina que locais sagrados e espaços imprescindíveis ao sentimento de pertencimento dos povos indígenas em questão sejam preservados e que a presença e a participação dos indígenas nas escolas ou faculdades seja assegurada, se necessário com a adoção de medidas de segurança, evitando prejuízo ao ano letivo. Os locais a serem protegidos devem ser indicados pelos próprios indígenas e as medidas para preservação devem ser efetivadas em 180 dias.

A União e a Funai devem ainda promover a instalação de polo-base de saúde indígena nas terras dos povos Tenharim e Jiahui, com lotação de equipe multidisciplinar e estocamento de medicamentos adequados, na forma disciplinada pela Secretaria de Saúde Indígena (Sesai). O prazo para a instalação de polo-base determinado pela liminar é de um ano.

Danos permanentes – Na ação civil pública, o MPF aponta que a construção da estrada causou danos ambientais, danos socioculturais e dano moral coletivo, gerando prejuízo permanente aos povos indígenas que habitam a região.

A falta de preocupação quanto à sustentabilidade gerou prejuízos quanto ao uso do solo para atividades agrícolas, poluição atmosférica, acúmulo de lixo, redução da fauna – implicando novas readaptações nas atividades de caça –, desmatamento e alteração dos cursos d'água.

No âmbito sociocultural, o período da construção da rodovia gerou um impacto de grandes dimensões, quando houve forte contato interétnico, causando mortes em decorrência de doenças levadas pelos operários. Além disso, o MPF aponta que a 'pacificação' promovida pela Funai e o recrutamento para o trabalho nas obras causou forte desestruturação no grupo indígena, que, acuado por conta das atividades de tratores e aviões no local, deixou de promover maiores deslocamentos para não abandonar os seus territórios sagrados.

Os Tenharim não abandonaram a região, tendo se deslocado do rio Marmelos para as margens da rodovia justamente para estarem próximos de seus territórios sagrados. Ainda assim, a promoção do desmatamento e elaboração do traçado da rodovia sobre locais sagrados para os

CONT.



indígenas representou nova violação de seus direitos. Já o povo Jiahui sofreu grande diminuição, chegando a contar, às vésperas da demarcação da terra indígena, com apenas 17 pessoas.

A terra indígena Tenharim Marmelos teve o seu processo de demarcação concluído em 1996 e a Terra Indígena Jiahui teve a demarcação homologada em 2004. Em termos populacionais, os Tenharim abrangem, atualmente, 962 indígenas (737 na TI Tenharim Marmelos, 137 na TI Tenharim do Igarapé Preto e 88 na TI Sepoti). Os Jiahui totalizam 98 indígenas.

Dano moral coletivo – Ainda na ação, o MPF sustenta que os fatos ocorridos por ocasião da construção da estrada representaram ofensa aos direitos fundamentais dos povos Tenharim e Jiahui, ensejando a reparação por dano moral coletivo, em razão da omissão da União e da Funai.

Por isso, o MPF pede, ao final do processo, a condenação da União e da Funai ao pagamento de indenização no valor de R\$ 10 milhões cada, totalizando R\$ 20 milhões, em conta específica em favor dos povos Tenharim e Jiahui, a serem aplicados em políticas públicas em favor deles, sob a coordenação da Funai, a partir de definição pelas próprias comunidades.

O pedido inclui ainda a reforma de escolas nas aldeias Coiari, Taboca e Mafuí, a construção de novas escolas com professores contratados e desenvolvimento de processos próprios de aprendizagem, a criação de um centro de memória e a publicação de material didático sobre os impactos da construção da rodovia sobre os povos Tenharim e Jiahui, ressaltando as características desses povos e os direitos sobre suas terras, com ampla distribuição, principalmente nos municípios de Humaitá, Manicoré e Apuí.

A ação continua tramitando sob o nº 0000243-88.2014.4.01.3200, tendo sido redistribuída para a 1ª Vara Federal no Amazonas.

Apuração iniciada no ano passado – Em abril de 2013, após reunião com lideranças das etnias Tenharim e Jiahui, o MPF instaurou inquérito civil público para apurar a responsabilidade do Estado Brasileiro por possíveis violações de direitos humanos cometidas contra os povos indígenas durante a construção da Transamazônica, no período da ditadura militar.

Durante a segunda edição do projeto MPF na Comunidade, em junho do ano passado, representantes do MPF estiveram na terra indígena Tenharim Marmelos, quando constataram 'in loco' os prejuízos e danos sofridos pelos povos Tenharim e Jiahui em decorrência da existência da rodovia em seus territórios e colheram relatos dos índios sobre o caso. Na ocasião, foi elaborado um laudo antropológico com o fim de subsidiar as ações a serem tomadas pela instituição.

Conflitos na região – Desde o último dia 25 de dezembro do ano passado, a cidade de Humaitá vive dias de instabilidade por conta de protestos violentos que já resultaram na depredação de prédios e bens públicos de órgãos e autarquias federais relacionados a políticas públicas voltadas aos povos indígenas, além de ameaças a um grupo de indígenas que estava na cidade para tratamento de saúde. Os manifestos estariam relacionados ao suposto desaparecimento

CONT.



de três pessoas na área da terra indígena Tenharim Marmelos, cortada pela rodovia Transamazônica (BR-230).

Ainda em dezembro, o MPF/AM expediu recomendação para cessar incitação à violência e discurso de preconceito contra indígenas, indicando a retirada de conteúdos de portais, blogs e redes sociais na internet que continham informações com caráter discriminatório, preconceituoso ou que incitassem a violência, o ódio e o racismo contra os povos indígenas da região.

O MPF/AM também entrou com uma ação judicial para garantir a segurança dos indígenas da região diante da ameaça de invasões à terra indígena Tenharim Marmelos por não indígenas. O pedido foi atendido pela Justiça Federal, por meio de decisão liminar.

Em janeiro deste ano, diante da situação de calamidade que os índios enfrentavam em razão dos conflitos, o MPF/AM recomendou aos órgãos públicos e autoridades locais e nacionais que adotassem medidas para garantir assistência material, com envio de alimentos e medicamentos e a garantia de assistência médica.

Outra recomendação foi enviada pelo MPF às secretarias de educação e instituições de ensino superior para garantir o acesso à educação aos índios dos municípios de Humaitá e Manicoré, no sul do Amazonas. O objetivo da medida foi o de assegurar o funcionamento das escolas indígenas nas aldeias e a frequência às aulas dos índios matriculados em escolas regulares dos municípios, em cursos técnicos e em cursos de nível superior.

Na última semana, o MPF processou o administrador da página Portal Apuí no Facebook, Ivani Valentim da Silva, pela veiculação de notícias com conteúdo discriminatório e incitação ao ódio contra os povos indígenas da etnia Tenharim. A ação pediu que a Justiça determinasse a retirada de todas as publicações e comentários da página que citassem o povo tenharim, no prazo de 48 horas, e obrigasse o administrador a se abster de publicar novas mensagens relacionadas aos indígenas da etnia.

Assessoria de Comunicação
Procuradoria da República no Amazonas
(92) 2129-4743 / 4661
ascom@pram.mpf.gov.br
twitter.com/MPF_AM

Nota de apoio do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra à luta do povo Tupinambá de Olivença

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.02.2014



Foto: Defensoria Pública Bahia

O Povo Tupinambá historicamente habitou grande parte do litoral brasileiro, incluindo a região de Olivença, localizada em Ilhéus/Bahia. Após 513 anos da chegada dos portugueses, de invasões, imposições socioculturais, expulsões, massacres e prisões este Povo ainda resiste bravamente às ações de violência, difamação, criminalização e perseguição. Os Índios de Olivença são os legítimos herdeiros das terras ancestrais e sua luta é motivo de orgulho para todo Brasil.

O modo de cultivar a terra dos Índios é totalmente diferente daqueles que só a desejam para exploração agrícola, pecuária e mineral. Os Tupinambá cultuam e cultivam o seu Território Sagrado, que vai além da visão da terra como mera mercadoria, porque nele estão os ancestrais e os encantados. Onde existem Índios a natureza é preservada e graças à resistência dos Tupinambá Olivença ainda mantém parte de sua riqueza natural preservada.

Em 2002 ocorreu o reconhecimento étnico e em 20/04/2009 foi publicado no Diário Oficial da União o Relatório Circunstanciado de Delimitação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença pela FUNAI. Já se passaram mais de cinco anos desde a publicação do Relatório Demarcatório feito pela FUNAI e a efetiva demarcação ainda não ocorreu. São mais de 513 anos de Luta e Defesa do Território Originário.

A demora do governo – com a concordância do judiciário federal – em finalizar demarcação tem causado a situação de conflito existente na região e obrigado os Índios de Olivença a

CONT.



realizar a justa Autodemarcação de seu Território através de Retomadas Legítimas. Enquanto a imprensa, ruralistas e elites locais criaram um clima de guerra contra os indígenas, que além de taxados como "invasores", agora são apresentados cada vez mais como ladrões, criminosos e bandidos. O conflito vem se agravando com atos de vandalismo praticados por supostos produtores financiados por interesses contrários à demarcação, resultando em destruição de patrimônio público e privado, prisões arbitrárias de indígenas, atentados, agressões e mortes. Ameaçados por pistoleiros e pela própria população manipulada pelo poder político e meios de comunicação, as aldeias vivem em clima de terror, chegando a suspender aulas nas escolas indígenas, dadas o cotidiano de humilhações e atentados.

Neste momento a mídia local e nacional, aliada aos ruralistas, tenta colocar em conflito a Comunidade Indígena e os Trabalhadores Rurais da região – históricos aliados na luta pela terra – buscando imputar a um dos Caciques Tupinambá a morte violenta do agricultor Juraci José dos Santos Santana, liderança do Assentamento Ipiranga, no Maroim, em Una, no sul da Bahia. Imprensa e os ruralistas, antes de qualquer apuração policial, logo trataram de mais uma vez criminalizar os indígenas numa evidente articulação para por em conflito Trabalhadores Rurais e Comunidade Tupinambá, que devem seguir juntos contra a exploração e perseguição dos ruralistas, difamação pela mídia e repressão das forças policiais e militares – estes sim inimigos históricos e comuns.

O assassinato desta terça-feira (11/02) se dá num contexto de ocupação do território indígena pela Força de Segurança Nacional e Polícia Federal, presença que só tem elevado a insegurança e o clima de tensão. Somente este ano já ocorreram cinco mortes violentas na região ligadas direta e/ou indiretamente a luta pela terra. Enquanto o judiciário local deferiu mais de 20 liminares de "reintegrações de posse", permitindo a invasão da Terra Indígena pelas forças policiais e militares para seu cumprimento deixando centenas de índios sem moradia.

Ao invés de oficializar a demarcação, com a homologação do Relatório produzido pela FUNAI, única medida capaz de pacificar em definitivo a região, o governo federal e do Estado da Bahia investem vultosas somas de recursos públicos no envio de tropas para o território indígena. Valores que poderiam ser melhor investidos no pagamento das indenizações cabíveis aos proprietários que pacificamente já se conformaram com a inevitabilidade da demarcação. Esta atitude, promovendo maior demora na demarcação e aumento das forças militares na área indígena só tem aumentado o número de vítimas e agravado o quadro de conflito na região.

Este quadro se coaduna com as investidas anti indígenas dos poderes constituídos, que visam a alteração da política demarcatória, sucateamento da FUNAI e intervenção do Ministério da Agricultura (aliado aos interesses da bancada ruralista e da Confederação Nacional da Agricultura – CNA) na formulação dos relatórios de terras indígenas, para anular os relatórios já feitos e a rever os limites das terras demarcadas. Assim como se promove o sucateamento da política de Reforma Agrária – com número ínfimo de desapropriações no atual governo – o governo procura através da edição de portarias e aprovação de leis emendas à Constituição retroceder nos direitos indígenas já conquistados com muita luta e a custa do sangue dos Povos Originários. É o caso da Portaria 303 da Advocacia Geral da União – AGU e do PLP 227 (apontando as restrições e exceções ao direito de uso exclusivo dos indígenas das terras

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 31./ 2014

Brasília, 18 de fevereiro de 2014.

tradicionais) e da PEC 215 (que visa transferir para o Congresso Nacional a decisão final sobre as demarcações).

Por estas razões o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST REPUDIA A TENTATIVA DE CRIMINALIZAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS E EXIGE A APURAÇÃO DOS FATOS QUE ENVOLVEM A MORTE DO AGRICULTOR ASSASSINADO!

- PELA UNIÃO DOS TRABALHADORES RURAIS E POVOS INDÍGENAS!
- PELA IMEDIATA OFICIALIZAÇÃO DA DEMARCAÇÃO DO TERRITÓRIO INDÍGENA TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA PELO GOVERNO FEDERAL
- PELO FIM DAS INJUSTAS "REINTEGRAÇÕES" DE POSSE
- PELA RETIRADA IMEDIATA DAS FORÇAS DE SEGURANÇA NACIONAL, FORÇAS ARMADAS E DA POLÍCIA FEDERAL DO TERRITÓRIO TUPINAMBÁ
- PELO FIM DA VIOLÊNCIA, PERSEGUIÇÃO, CRIMINALIZAÇÃO DO POVO TUPINAMBÁ
- PELA REVOGAÇÃO DA PORTARIA 303 DA AGU E A NÃO APROVAÇÃO DA PEC 215 E DO PLP 227
- PELA DEMARCAÇÃO DE TODAS AS TERRAS INDÍGENAS NÃO DEMARCADAS

Povo Munduruku enfrenta garimpeiros em seu território tradicional
SÍTIO RESISTÊNCIA INDÍGENA, 17.02.2014



A região é rica em recursos naturais e tem sido chamada de nova fronteira de expansão econômica do país.

Os Munduruku, no ano passado, foram a Brasília para pedir ao governo a expulsão dos mineiros de seu território e combater o garimpo ilegal. Mas..., devido à morosidade da justiça, que pode levar anos, resolveram, então, resolver a situação, retirando todos os mineiros envolvidos em garimpo de ouro ilegal. As lideranças Munduruku pediram o apoio da Fundação Nacional do Índio – Funai, que auxiliou com barcos e combustível. Em uma área tão grande a ser monitorada, uma operação como essa sem barcos e motores 40HP poderia levar meses, pois os garimpeiros usam aviões de motor único para o transporte de seus equipamentos e ouro dentro e fora da região.

Muitas vezes, ameaçando comunidades indígenas ou fazendo acordos individuais com algumas das lideranças indígenas, os garimpeiros vêm explorando o povo Munduruku há décadas. Isto fica evidente, a partir das grandes clareiras já comuns na floresta e nos rios contaminados na bacia do rio Tapajós.

A crença Munduruku de um jabuti que, obstinadamente, persegue e captura seu maior inimigo, a anta, é considerada em comparação à luta contra os garimpeiros. Assim, como na estória,

CONT.



em que o oponente, a anta, é muito maior e mais rápida que o jabuti, muito embora menor e em grande desvantagem, a perseverança faz toda a diferença. E é por isso que na pintura corporal do povo Munduruku pode-se perceber em seus traços a carapaça de um jabuti.

As lideranças Munduruku continuarão a fazer a ronda em seu território, apesar das inúmeras ameaças de morte que recebem dos garimpeiros, principalmente por Tubaina, dono de garimpo ilegal. Esta figura misteriosa é amplamente temida. Os parentes acreditam que Tubaina tem um grupo de pistoleiros fortemente armados sob o seu comando. Portanto, o clima é tenso na região, uma vez que os parentes Munduruku foram informados de que há uma lista de seus principais líderes marcados para morrer, e que na cidade de Jacareacanga há muitos rumores de que os mineiros, indignados com as ações dos parentes, estão planejando um covarde ataque.

Um dos líderes do povo Munduruku, o parente Paigomuyatpu, ao se referir às ameaças, disse: "Não tenho medo, porque mesmo que esteja sozinho, os espíritos guerreiros de meus ancestrais me acompanham".

Os garimpeiros não são a maior ameaça para o povo Munduruku, pois também estão ameaçados pela construção de uma série de barragens nas bacias dos rios Tapajós e Teles Pires. Estas barragens vão mudar drasticamente o modo de vida dos parentes Munduruku, inundando parte do seu território e aldeias, tendo suas vidas drástica e inevitavelmente impactadas por esses projetos no meio da floresta Amazônica, segundo alguns, patrimônio da humanidade.



Paes apresenta projeto de cotas para negros e índios em concursos

SÍTIO O GLOBO, 17.02.2014

Foi publicado hoje, no Diário Oficial da Câmara de Vereadores, o projeto de lei 666/2014 em que o prefeito Eduardo Paes propõe a criação de um sistema de cotas de 20% para negros e índios nos concursos públicos no Rio. O projeto é uma cópia da lei 5.401, sancionada por Paes em maio de 2012, mas derrubada pela Justiça em janeiro passado.

A lei anterior havia sido considerada inconstitucional por ter sido proposta por um vereador e não pela prefeitura. O TJ considerou que o Legislativo não poderia criar reservas de vagas na administração direta e indireta do município, uma tarefa que só poderia ser feita pelo próprio Executivo. Na ocasião, o prefeito publicou um decreto garantindo a reserva de cotas até que a nova lei entre em vigor.

O projeto de Paes foi encaminhado aos vereadores com o chamado regime de urgência. Na teoria, esse carimbo torna mais rápida a tramitação da proposta na Câmara. Na prática, porém, os vereadores só deverão analisar o projeto dentro de 15 dias, prazo necessário para escolher os vereadores que irão formar as comissões permanentes da casa.



Funai confirma ataque de fazendeiros durante protesto de comunidade indígena
SÍTIO MIDIAMAX, 17.02.2014

A Fundação Nacional do Índio (Funai) confirmou ataques de fazendeiros a índios da comunidade Pyelito Kue Mbarakay, no município de Iguatemi, a 461 quilômetros de Campo Grande, durante protesto. Conforme publicado pelo conselho Aty Guasu, no dia 12 de fevereiro, os fazendeiros mandaram atacar e lançar tiros sobre os indígenas.

A nota, publicada nesta segunda-feira (17), confirma também ameaças a servidores da Funai. "No último dia 13, foi comunicado oficialmente à sede desta fundação que produtores rurais bloquearam a entrada que dá acesso à área indígena Pyelito Kue e Mbarakay e ameaçaram a comunidade e um servidor público federal, no exercício legal de suas funções".

Os ataques ocorreram durante protestos por funcionamento de escola indígena na comunidade e contratação de professores para atendimento de 50 crianças. Os índios afirmam que o prefeito de Iguatemi José Roberto Felipe Arcoverde, se nega a atender à demanda.

Conforme o órgão, não foi registrado nenhum tipo de violência ou vandalismo por parte dos indígenas e que a Funai "encaminhou as reivindicações da comunidade indígena, tão logo as recebeu, aos órgãos competentes, tais como a Secretaria Municipal de Educação de Iguatemi e as forças de segurança pública".

Em informe publicado pelo Aty Guasu no dia 15 de janeiro, os índios relataram outros problemas enfrentados pela comunidade como a falta de atendimento à saúde, miséria, fome, ameaça de morte às lideranças indígenas e seis mortes indígenas guaranis kaiowás por atropelamento.

A área na qual está inserida a Fazenda Cambará foi identificada como Território Tradicional Indígena, de acordo com estudo de delimitação publicado em Janeiro de 2013, e aguarda demarcação.



Boletim de Notícias - Edição nº 31./ 2014

Brasília, 18 de fevereiro de 2014.

BA: MP investiga agressão de oficiais da Marinha a quilombolas

SÍTIO TERRA, 17.02.2014

O Ministério Público Federal investiga uma suposta agressão de oficiais da Marinha a moradores da comunidade quilombola do Rio dos Macacos, que existe há mais de 200 anos na Bahia. Segundo denúncias, os militares teriam agredido os quilombolas por uma antiga disputa pela posse da terra.

Informações do cadastro único do governo federal, que serve como base de dados para os programas sociais, aponta que das mais de 2 mil comunidades quilombolas espalhadas pelo Brasil, apenas 207 detêm a posse da terra. O registro mostra que 80 mil famílias ocupam essas comunidades e a maioria delas ainda vive em situação de extrema pobreza.



INFORME 16 – Operação de Desintrusão da Terra Indígena Awá
SÍTIO FUNAI, 17.02.2014

A Justiça Federal do Maranhão confirmou o prazo final para a saída voluntária dos ocupantes da Terra Indígena (TI) Awá – 24 de fevereiro. Nesta data se completa o período de 40 dias da entrega da primeira notificação. Com isto, os ocupantes do total de 427 famílias notificadas devem deixar a Terra Indígena, localizada entre os municípios de Centro Novo do Maranhão, Governador Newton Bello, São João do Caru e Zé Doca, no Noroeste do estado, em um processo que irá acabar no dia 9 de março, conforme determina a sentença judicial. Após este prazo, a justiça expedirá mandados de remoção de todos os ocupantes não índios que estiverem na Terra Indígena, assim como mandados de desfazimento de construções, cercas, estradas ou quaisquer benfeitorias no interior da terra indígena. Todos os não índios vivem ilegalmente na área e deverão deixar o local, ou seja, não há direito a indenização. Apesar disto, o governo federal fará o reassentamento dos pequenos agricultores (que se enquadrarem nos critérios do Plano Nacional de Reforma Agrária) que já ocupam a terra.

Na reunião realizada na última quinta-feira (13/2), na sede da Justiça Federal do Maranhão, em São Luís, representantes do governo federal forneceram ao juiz José Carlos Madeira informações sobre a infraestrutura e os meios que serão utilizados para a retirada dos posseiros, além das iniciativas de amparo as famílias de baixa renda. O Incra apresentou as opções para atender de imediato as famílias cadastradas – os assentamentos de Parnarama e Coroatá que possuem o total de vagas suficientes para incluir todos os posseiros no programa nacional de reforma agrária. Do total de 265 famílias cadastrados pelo Incra, 224 estão aptas a serem assentadas, conforme balanço apresentado pelo superintendente regional do órgão no Maranhão, José Inácio Rodrigues. Os representantes do governo federal presentes a reunião garantiram também o acesso das famílias cadastradas a benefícios, como Crédito Apoio e Fomento, PRONAF, vias de acesso e assistência técnica e a políticas públicas como o Minha Casa, Minha Vida, Luz para Todos e Água para Todos. Todas as famílias de baixa renda notificadas receberão cestas básicas do governo federal.

No balanço apresentado durante a reunião, o Incra informou que 312 documentos foram emitidos, resultado do trabalho de equipe composta por servidores do Incra, Instituto de Identificação, Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e Delegacia Regional do Trabalho (DRT-MA) que estiveram na região para providenciar documentos como CPF, Carteira de Trabalho e Carteira de Identidade, necessários para o cadastro no Incra e no CadÚnico. Esta ação foi coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural.

O prazo de cadastramento das famílias de não índios acabou no dia 7/2. O trabalho começou no dia 11/1 e durante este período, seis servidores da Instituição se revezaram realizando o cadastro das famílias na base principal, instalada na sede de São João do Caru; na base da Funai no povoado Caju e no povoado de Vitória da Conquista.

CONT.



Prazo

Estiveram presentes na reunião representantes do Ministério Público Federal, da Advocacia-Geral da União, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Funai, Força Nacional, Censipam, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Federação da Agricultura e Pecuária do Maranhão (Faema) e Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Maranhão (Fetaema), parlamentares, entre outros.

Na ocasião, advogados dos agricultores solicitaram ao juiz prazo maior para a saída das famílias da terra indígena. “Não vejo possibilidade de retardar o prazo”, afirmou o juiz José Carlos Madeira. Ele explicou que tomou todas as precauções para que a desintrusão ocorra de forma pacífica e sem conflitos, buscando sempre o diálogo entre as partes. Entretanto, a sentença será cumprida, reiterou.

Nova reunião acontece no dia 27/2. Até lá, servidores do Incra farão reuniões com posseiros que se cadastraram para fornecer detalhes sobre os projetos de assentamento disponíveis e as políticas públicas ofertadas.



SESAI pára e índios ficarão sem atendimento nesta 3ª em Paranhos

SÍTIO A GAZETA NEWS, 17.02.2014

Cerca de 5,2 mil índios de cinco aldeias e um acampamento ficarão sem atendimento à saúde.

Vilson Nascimento

Cerca de 5,2 mil índios guarani-kaiowá divididos em cinco aldeias e um acampamento, ficarão sem atendimento à saúde nesta terça-feira, 18 de fevereiro, em Paranhos, na fronteira com o Paraguai.

A paralisação dos profissionais de saúde do pólo local da SESAÍ (Secretaria Especial da Saúde Indígena) segue os mesmos motivos das paralisações dos funcionários do órgão federal ocorridas em outras regiões do Estado, inclusive em Amambai na semana passada, que é a falta de medicamentos e estrutura de trabalho, como equipamentos e viaturas em péssimas condições.

De acordo com o presidente do Conselho de Saúde Indígena (CSI) em Paranhos, Sílvio Velasques, além da estrutura precária da SESAÍ local, algumas comunidades indígenas de Paranhos também sofrem com a falta de saneamento.

O presidente também ressaltou que este ano, apesar de todos estarem trabalhando desde o início do ano, nenhum funcionário do órgão federal recebeu salário em 2014.

“Queremos uma ação urgente do Ministério da Saúde e do Governo Federal para estruturar a SESAÍ e dar condições de trabalho para quem nela atua”, disse o presidente do CSI.

Fonte: A Gazeta News



Valmir critica a Marinha e rebate deputado sobre quilombolas, índios e população LGBT

SÍTIO FOLHA DA PRAIA, 17.02.2014

Dois casos revoltaram o deputado federal Valmir Assunção (PT-BA), que mostrou seu repúdio em discurso na Câmara Federal, nesta quinta-feira (13). Um envolvendo violação dos direitos humanos e outro sobre as declarações preconceituosas contra quilombolas, indígenas e a população LGBT. Primeiro, o petista criticou a atuação da Marinha ao citar as imagens divulgadas na imprensa, onde nitidamente são expostas as agressões de militares contra a líder quilombola Rosimeire dos Santos e seu irmão Edinei dos Santos, na comunidade do Rio dos Macacos, na Região Metropolitana de Salvador (RMS).

“Existe um agravante nesse ato praticado pela Marinha, que toda a agressão aconteceu na frente das duas filhas da vítima, uma de 17 e outra de apenas 6 anos de idade”, declara Valmir em plenário. Ele completa dizendo que “ficou evidente que a intenção dos militares era agredir a líder quilombola, as imagens mostram que eles sequer conversaram... Em vários momentos Rosimeire foi agredida fisicamente”. Para o deputado baiano, este conflito é mais um dos gerados por conta da insegurança jurídica, da indecisão, da não determinação da posse das terras. “Aquela área do Rio dos Macacos pertence às populações quilombolas da região. Cabe à Marinha apenas garantir a integridade, segurança e a inviolabilidade da área”.

A respeito das declarações racistas e homofóbicas, o petista disse que ficou estarrecido ao ver um vídeo com os pronunciamentos dos deputados Luiz Carlos Heinze (PP-RS) e Alceu Moreira (PMDB). Nas imagens, o deputado progressista critica o ministro Gilberto Carvalho e diz que no governo “existe um alinhamento entre quilombolas, índios, gays, lésbicas, se referindo a eles como ‘tudo o que não presta’”. De acordo com Valmir, “um deputado federal não pode se prestar a este serviço, onde chama os agricultores para enfrentar, despejar, e utilizar de todos os meios contra os sem-terras, índios e quilombolas. Os parlamentares têm que dar exemplo”.

Valmir Assunção faz uma reflexão sobre a participação dos quilombolas, dos índios e da população LGBT no país. “Queria deixar um recado simples para esta casa, quilombolas e índios fazem parte da nossa história e cultura, foram e são fundamentais para o país e, portanto, devem ser reconhecidos e reverenciados. Gays e lésbicas são cidadãos e cidadãs brasileiros que o estado tem obrigação de fazer com que seus direitos sejam respeitados e de agir para que este segmento, vítima de violência cotidiana das mais variadas, físicas, morais, psicológicas, possam se livrar dessa opressão”.



Boletim de Notícias - Edição nº 31./ 2014

Brasília, 18 de fevereiro de 2014.

Inédito: Comissão Nacional da Verdade ouve indígenas de MS sobre expulsão de terras tradicionais na sexta, dia 21

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.02.2014



Evento inédito vai apurar violações de direitos humanos relacionadas à luta pela terra ou cometidas contra os povos indígenas no período de 1946 a 1988

A Audiência da Comissão Nacional da Verdade (CNV) em Dourados será realizada nesta sexta (21), a partir das 7:30, na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Estarão presentes a psicanalista e membro da CNV Maria Rita Kehl, o procurador da República Marco Antonio Delfino de Almeida e os pesquisadores Marcelo Zelic, Spensy Pimentel e Jorge Eremites de Oliveira. O evento é coordenado pelo professor Neimar Machado (UFGD).

Serão ouvidos indígenas de 5 diferentes comunidades guarani e guarani-kaiowá de Mato Grosso do Sul, que irão falar sobre episódios de violência durante a ocupação do estado por colonos, como assassinatos, expulsão de territórios tradicionais e confinamento em pequenas reservas. Especialistas irão conduzir os depoimentos, dada a dificuldade dos indígenas em se expressar em português.

A coleta de depoimentos oficiais pela Comissão Nacional da Verdade pode subsidiar futuras ações de indenização coletiva em favor das comunidades indígenas ou outras ações compensatórias.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 31./ 2014

Brasília, 18 de fevereiro de 2014.

O evento será transmitido ao vivo pela internet, no link.

Violência

A população indígena de Mato Grosso do Sul é a 2ª maior do país, com mais de 70 mil pessoas. A maior etnia é a dos guarani, que habitam territórios ao sul do estado. A taxa de mortalidade infantil entre a etnia guarani-kaiowá é de 38 para cada mil nascidos vivos, enquanto a média nacional é de 25 mortes por mil nascimentos. Já a taxa de assassinatos – cem por cem mil habitantes 3 é quatro vezes maior que a média nacional, enquanto a média mundial é de 8,8. O índice de suicídios entre os guarani-kaiowá é de 85 por cem mil pessoas.

Confira abaixo a programação do evento:



Assessoria de Comunicação Social
Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul
(67) 3312-7265 / 9297-1903
(67) 3312-7283 / 9142-3976
www.prms.mpf.gov.br
ascom@prms.mpf.gov.br
[www.twitter.com/mpf_ms](https://twitter.com/mpf_ms)



Boletim de Notícias - Edição nº 31./ 2014

Brasília, 18 de fevereiro de 2014.

Ribeirinhos de Afuá receberão incentivo para diversificar a produção

SÍTIO AGÊNCIA PARÁ DE NOTÍCIAS, 18.02.2014

No município de Afuá, no Arquipélago do Marajó, 150 famílias ribeirinhas, que estão abaixo da linha da pobreza, devem começar a criar galinha caipira e a manejar açaizais nativos, com o acompanhamento do escritório local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (Emater).

As atividades constam de um diagnóstico socioeconômico concluído pela Emater, dentro do Programa Brasil sem Miséria. O documento é uma das metas de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). "A ideia é incentivar atividades que melhorem a renda e assegurem a segurança alimentar", disse a engenheira florestal, Nayane Menezes, da Emater.

Com tradição na pesca artesanal e na coleta de açaí, cada família deve receber R\$ 2.400,00, divididos em três parcelas, para investir nas propriedades, de acordo com o interesse dos agricultores e dos aspectos culturais das comunidades.

Texto:

Aline Miranda

Fone: (91) 3299-3419



Ministério Público entra com representação contra deputados

SÍTIO BLOG DO EDGAR LISBOA, 18.02.2014

O Ministério Público Federal entrou com uma representação contra os deputados Alceu Moreira (PMDB-RS) e Luis Carlos Heinze (PP-RS) por declarações feitas pelos deputados em Vicente Dutra, no norte do estado do Rio Grande do Sul, em novembro do ano passado. De acordo com o órgão, os deputados incitaram publicamente ao crime e incitaram o preconceito de raça, cor, etnia e procedência nacional. O MPF também aponta que as declarações não estariam protegidas pela imunidade parlamentar. "O objeto sob proteção é o exercício do mandato. De modo que não é qualquer manifestação do parlamentar que está sob o resguardo dessa cláusula". No entendimento do órgão, "discursos desse tipo, que se propõem a incitar ao menos o desprezo contra determinados segmentos sociais, não podem estar protegidos por uma ordem constitucional que os condena tão veementemente. Não há exercício de mandato que possa ser concebido como um atentado à democracia, tal como ocorre nos discursos transcritos".

Tudo que não presta

Numa audiência pública no município, Heinze afirmou que "quilombolas, índios, gays, lésbicas, tudo que não presta ali está aninhado", se referindo à Secretaria-Geral da Presidência da República, no comando de Gilberto Carvalho. Heinze também afirmou que os fazendeiros devem contratar seguranças privados para retirar indígenas de suas terras. "No Pará, eles contrataram segurança privada. Ninguém invade no Pará porque a Brigada Militar não lhes dá guarida lá, e eles têm que fazer a defesa das suas propriedades. Por isso, pessoal só tem um jeito: se defendam! Façam a defesa como o Pará está fazendo, façam a defesa como o Mato Grosso do Sul está fazendo. Os índios invadiram uma propriedade, foram corridos da propriedade", disse.

Se fardar de guerreiro

Moreira também está sendo acusado de incitar os fazendeiros a se utilizarem da violência. "Nós, os parlamentares, não vamos incitar a guerra, mas lhes digo: se fardem de guerreiros e não deixem um vigarista desses dar um passo na sua propriedade. Nenhum! Nenhum! Usem todo o tipo de rede. Todo mundo tem telefone. Liguem um para o outro imediatamente. Reúnam verdadeiras multidões e expulsem do jeito que for necessário".

Contra as lideranças

O deputado Luis Carlos Heinze afirmou que não tem nada contra índios, quilombolas, gays e lésbicas. De acordo com ele, colocar homossexuais no meio foi um erro. Heinze também apontou que não tem nada contra índios e quilombolas. "Eu sou contra as lideranças, quem incita invasão, são esses os que não prestam". O deputado Alceu Moreira disse que vê como "absolutamente normal" a representação contra ele. "Nesses casos, o MPF se coloca com absoluta parcialidade, mas eu não me preocupo", afirmou.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 31./ 2014

Brasília, 18 de fevereiro de 2014.

Curta

O município de Caxias do Sul terá que pagar o tratamento de portador de doença incurável. O presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, manteve a decisão da justiça gaúcha que obriga o município a fornecer os medicamentos e a internação domiciliar do portador.



Com alimentos da agricultura familiar, merenda escolar ganha em qualidade
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.02.2014

Por Cleyton Vilarino
Da EFE

Com forte peso na economia, a agricultura brasileira teve 43,1% de participação nas exportações no ano passado e agora em 2014 o Brasil celebra uma década do programa de segurança alimentar baseado na aquisição de produtos da agricultura familiar.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi projetado em 2003, no início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para estimular a compra de produtos dos assentamentos e das comunidades tradicionais, como os povos indígenas e quilombolas.

Em sua primeira década, o PAA registrou R\$ 5,3 bilhões em investimentos e 4 milhões de toneladas de alimentos adquiridos até hoje, em um processo que não exige licitação, aplica os valores médios do mercado e se destaca principalmente nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste.

“O governo federal tinha, até 2003, uma política agrária de criar assentamentos, sem política agrícola. O PAA é o único exemplo de política agrícola, complementado com o Luz Para Todos e o Bolsa Família”, declarou à Agência Efe o especialista em assuntos agrários da Universidade de São Paulo (USP), Ariovaldo Umbelino.

A partir de 2009, o PAA foi incorporado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, que prevê que estados e prefeituras adquiram 30% de alimentos da merenda escolar da agricultura familiar, com prioridade para produtos orgânicos.

O município de São Paulo adotou o programa pela primeira vez em 2013 com produtos vindos dos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no interior do estado e do Rio Grande do Sul.

Segundo Luis Henrique Bambini, engenheiro agrônomo do Departamento de Alimentação Escolar da prefeitura, apesar de as compras estarem agora um pouco mais caras, elas trouxeram um ganho na qualidade dos produtos oferecidos nas escolas.

“Dentro desse processo nós não damos prioridade necessariamente ao melhor preço. Acho que a grande diferença é essa. O preço é deixado para outro plano e damos prioridade a que o alimento venha de produtores assentados, que sejam orgânicos. Existe um entendimento de que esse produto é mais saudável”, explicou.

O primeiro convênio entre o município de São Paulo e as cooperativas vinculadas ao MST contemplaram 930 toneladas de arroz para atender 260 mil crianças das escolas públicas da cidade.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 31./ 2014

Brasília, 18 de fevereiro de 2014.

Em Brasília, com um contrato de R\$ 120 mil, o programa prevê a produção de verduras e legumes que são distribuídos para a população em risco alimentar, explicou o secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério de Desenvolvimento Social, Arnaldo de Campos.

Os avanços do programa são analisados desde 2011 como exemplo internacional pelo Programa Mundial de Alimentação (PMA) da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). A intenção é que seja replicado e adaptado em países da África, da América Latina e do Caribe.

Campos contou que essa situação "incomodou" os Estados Unidos, que questionaram o programa na Organização Mundial do Comércio (OMC) por considerar que "fere a livre concorrência" ao frear as exportações americanas a esses destinos.

Apesar do sucesso internacional, o governo é ainda alvo de críticas, mas por não avançar no assentamento de famílias da reforma agrária, situação que poderia aumentar a produção da agricultura familiar.

Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em 2013 foram assentadas 30,2 mil famílias, menos do que há sete anos, quando 136,4 mil foram assentadas em terras produtivas legais.

Umbelino, da USP, alertou que ainda entre 5 milhões e 6 milhões de famílias esperam se beneficiar da reforma agrária, o que poderia aumentar sensivelmente a produção familiar e os programas de alimentação baseados nela.

Reserva indígena de Dourados e aldeia de Caarapó vão receber policiamento federal
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.02.2014



Área em conflito receberá policiamento – Foto: Ascom/MPF/MS

Reserva mais populosa do país, com 12 mil indígenas, é terra de ninguém, sem qualquer atuação de segurança pública

A Justiça atendeu o pedido do Ministério Público Federal (MPF/MS) e determinou que a União disponibilize efetivo mínimo de 16 policiais para garantir segurança nas aldeias indígenas Bororó e Jaguapiru em Dourados, e Te'y kuê, em Caarapó.

Para a reserva de Dourados – composta pelas aldeias Jaguapiru e Bororó – devem ser destinados 12 agentes da Força Nacional de Segurança. Já para a aldeia Te'y Kuê, no município de Caarapó, foram assegurados quatro policiais.

No início de 2013, um grupo de 24 agentes federais havia sido designado para cuidar da segurança das aldeias. Segundo denúncia de indígenas, em junho eles deixaram de realizar rondas, atendendo apenas aos chamados emergenciais.

Os trabalhos ficaram comprometidos depois que 10 homens foram deslocados para o município de Sidrolândia, onde ocorria conflito entre índios e fazendeiros. Dois agentes foram convocados para a Copa das Confederações, e mais uma dupla ficou encarregada de permanecer na sede da Fundação Nacional do Índio (Funai), em Dourados, para resguardar armamentos. Após outros remanejamentos, do efetivo inicial, restaram apenas 6 agentes, que se revezavam em escala de 12 horas de trabalho por 24 horas de descanso.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 31./ 2014

Brasília, 18 de fevereiro de 2014.

Além do pedido de aumento no efetivo, o MPF frisou a importância de se impedir o deslocamento ou remanejamento dos policiais sem devida substituição. Eles deverão atender as áreas citadas com exclusividade.

Insegurança e tensão em aldeias

As regiões onde o policiamento deve estar presente podem ser palco de novos conflitos por terra entre indígenas e fazendeiros. Para o MPF, “o envio de forças policiais não tem por objetivo apenas impedir novos atos violentos contra os indígenas, o que já justificaria a medida, mas também resguardar os proprietários rurais envolvidos, já que, como notório, os ânimos dos indígenas também se encontram exaltados”.

Uma das áreas que receberá efetivo policial é a Pindoroky, uma retomada efetuada por índios da comunidade Te’y Kuê. A decisão de ocupar a Fazenda Santa Helena, que faz limite com a terra indígena, foi tomada depois que o proprietário, Orlandino Carneiro, matou a tiros o guarani Denílson Barbosa, 15 anos, em 16 de fevereiro de 2013, enquanto ele e os irmãos pescavam em um açude da propriedade. Os índios que denunciaram o caso passaram a sofrer ameaças de morte.

Já a reserva de Dourados apresenta taxa de homicídios quatro vezes maior do que a média nacional. O índice de suicídios é de 85 a cada 100 mil pessoas, também o maior do país. Os dados são do Mapa da Violência do Ministério da Justiça.

Referência processual na Justiça Federal de Dourados: 0001049-10.2011.4.03.6002 e 0000558-32.2013.403.6002

Assessoria de Comunicação Social
Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul
(67) 3312-7265 / 9297-1903
(67) 3312-7283 / 9142-3976
www.prms.mpf.gov.br
ascom@prms.mpf.gov.br
[www.twitter.com/mpf_ms](https://twitter.com/mpf_ms)



Pré-Vestibular Quilombola tem 19 aprovados em instituições públicas de ensino
SÍTIO MEGA RÁDIO FM, 18.02.2014



O Pré-Vestibular Quilombola de Vitória da Conquista, uma das ações para promoção da igualdade racial desenvolvidas no município, manteve nos vestibulares deste ano a média de aprovação dos anos anteriores. Em 2014, treze alunos quilombolas foram aprovados em instituições públicas de ensino (universidades estaduais do Sudoeste da Bahia/Uesb e de Feira de Santana/Uefs e Instituto Federal da Bahia/Ifba). Além destes, outros seis alunos que estudaram na turma do noturno do pré-vestibular também foram aprovados.

Desenvolvido pela Prefeitura Municipal, por meio das secretarias de Desenvolvimento Social – Núcleo de Promoção da Igualdade Racial -, Trabalho, Renda e Desenvolvimento Econômico, de Governo e de Educação, em parceria com o conselho das associações das comunidades quilombolas e com o voluntariado de mais de 30 professores, e com os apoios da Diretoria Regional de Educação (Direc 20), do Ifba e da Uesb, o projeto já conseguiu promover a aprovação de mais de 140 estudantes desde que foi criado, em 2009.

Para este ano, o projeto, transformado em um programa municipal de ação afirmativa, além das aulas de segunda a sexta-feira, contará com Orientação Profissional, aulas de artes (teatro) e de informática e visitas pedagógicas nas comunidades quilombolas. São 60 vagas para quilombolas na turma da manhã e, na turma da noite, 30 vagas para quilombolas e 30 para candidatos a Medicina, oriundos de escola pública.

No território, são mais de 46 comunidades reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, sendo 27 delas no município de Vitória da Conquista. Seis instituições públicas de ensino superior da Bahia oferecem mais de 400 vagas específicas para quilombolas a cada ano, dentro da política de cotas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 31./ 2014

Brasília, 18 de fevereiro de 2014.

Inscrições – Os interessados em participar do Pré-Vestibular Quilombola poderão realizar as inscrições durante o mês de fevereiro. A semana de abertura do projeto está prevista para ser na segunda quinzena de março. O projeto funciona no prédio da Secretaria Municipal de Trabalho, Renda e Desenvolvimento Econômico (Semtre), na Av. Bartolomeu de Gusmão, nº 744. (Secom/PMVC)



Babaulândia: Entenda o esquema da antropologia para fabricar índios no sul da Bahia
SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 18.02.2014

A invenção pela Funai de uma Terra Indígena para índios chamados Tupinambá de Olivença, com 47.376 hectares, criou um clima de guerra civil no Sul da Bahia. De um lado, pequenos proprietários de terras e assentados da reforma agrária. De outro, um contingente de cinco mil pessoas miscigenadas que se autodeclararam índios e que passaram a invadir fazendas nos últimos anos para pressionar o governo demarcar o território indígena. Os tupinambás foram os primeiros índios a terem contato com os colonizadores no século XVI e desapareceram no século XVII.

Antropólogos e a Funai passaram a considerar os mulatos e mamelucos como índios "ressurgidos" a partir das autodeclarações. Um processo foi aberto junto à Funai para a demarcação do território desses indigenóides. O relatório de delimitação ficou pronto em 2009, passando a considerar como terra indígena Tupinambá de Olivença várias propriedades rurais e quatro assentamentos da reforma agrária. Até agora a demarcação não foi concluída.

Nessa semana o Ministro da Justiça devolveu o processo à Funai para revisão. Nós do Questão Indígena sugerimos que a Funai, além de rever os limites, troque o nome da Terra Indígena de Tupinambá de Olivença para Babaulândia, em alusão ao futuro rei do feudo, cacique Babau.

Rosivaldo Ferreira da Silva, conhecido como cacique Babau, é a maior liderança dos indigenóides tupinambarana. Mulato que usa colar de dentes de cavalo no pescoço já foi preso várias vezes por tentativa de homicídio, cárcere privado e formação de quadrilha. É um dos principais líderes da milícia indigenóide que assola a região delimitada pela Funai.

Trinta processos pedem na Justiça reintegração de posse de cerca de 40 fazendas invadidas pela milícia formada pelos indigenóides para pressionar o Governo. Com base na argumentação da Funai, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que suspenda as liminares a favor dos proprietários autorizando a milícia a permanecer das áreas invadidas. Diante da postura do Governo em proteger a milícia as ações violentas aumentaram nos últimos dias.

Na última segunda feira o pequeno agricultor, assentado da reforma agrária, Juraci José dos Santos Santana, foi fuzilado dentro de casa. Juraci vinha fazendo denúncia sobre a máfia de fabricação de índios falsos através da autodeclaração. Alguns agricultores do assentamento se autodeclararam e passaram a admoestar Juraci a também virar índios. A polícia suspeita que o agricultor tenha sido assassinado por se recusar a entrar no esquema.

A Funai informa que tem 5 mil índios em seu cadastro, mas admite que há não índios entre eles. A fundação não estima quantos são. Para ser índio, é preciso se declarar índio. Para ser incorporado a uma comunidade, é preciso ser aceito pelo grupo. "A gente se escondeu, mas manteve nossos segredos", diz a cacique Valdelice Amaral, da Aldeia Itapuã, de Ilhéus.



Indígenas fazem protesto no Núcleo de Educação de Pato Branco

SÍTIO DIÁRIO DO SUDESTE, 18.02.2014

Manifestação foi contra a redução das aulas de língua materna nas escolas indígenas de Mangueirinha, Clevelândia e Palmas

Integrantes das comunidades indígenas de Mangueirinha, Clevelândia e Palmas estiveram nesta segunda-feira (17), no Núcleo Regional de Educação (NRE) de Pato Branco. O grupo veio para reivindicar contra a redução no número de aulas, destinadas à disciplina de língua materna.

De Mangueirinha e Palmas vieram algumas lideranças das reservas, entre elas o cacique da reserva kaingang, de Mangueirinha, Milton Alvez Katanh. De Clevelândia compareceram os integrantes da Escola Estadual Indígena Nitotu e lideranças da aldeia, como o cacique Miguel Alves. Devido aos protestos, os alunos da escola indígena de Clevelândia não tiveram aula nesta segunda-feira.

O cacique Miguel Alves, explicou que um dos motivos da reivindicação foi por causa da alteração, na quantidade de aulas destinadas à disciplina de língua materna. Ele informou que a decisão na redução das aulas foi tomada apenas pela Secretaria de Educação do Estado (Seed), e que as autoridades das reservas indígenas não foram convidadas a participar. Ele também comentou que a língua materna é uma disciplina importante para os alunos das escolas indígenas, e que a redução nas aulas deveria ter sido uma decisão tomada em conjunto. "Se nós não tivéssemos a necessidade da língua materna, nós não teríamos nem escolas nas aldeias", protestou Alves.

A diretora da Escola Estadual Indígena Nitotu, de Clevelândia, Franciele Viana, explicou que em 2013, os alunos das escolas indígenas, tinham a carga horária, da disciplina de língua materna, de quatro horas-aula por turma e este ano, os educadores receberam a orientação, de que passaria a ser apenas duas horas-aula por turma. A diminuição foi repassada tanto para a educação infantil como para os anos iniciais. "Nós não gostaríamos que diminuísse, e sim que se mantivessem as quatro horas-aula. Porque o principal objetivo da escola é resgatar a cultura através da língua", comentou.

Ainda referente a diminuição das aulas da língua materna, ela explicou que a Seed, para acertar a carga horária da disciplina, propôs diminuir então a carga horária das aulas de artes e educação física. Mas essa proposta não foi aceita pela comunidade indígena, que deseja que a Secretaria de Educação estude outra opção para apresentar para eles.

Outras reivindicações

Os indígenas apresentaram ainda outras reclamações, referentes ao setor de educação nas

CONT.



reservas. Entre elas, a falta de comunicação com as escolas indígenas, por parte do Núcleo de Educação e a necessidade da construção, reforma e ampliação das unidades escolares nas aldeias.

“Não teria necessidade de estarmos aqui, porque já fizemos uma reunião no final do ano passado, na Seed em Curitiba, onde poderíamos ter resolvido todos os problemas que estamos apresentando aqui hoje. Mas tentaram montar um documento sem o nosso conhecimento e nós não vamos aceitar. Nós talvez aceitássemos, se fizessem uma reunião com a nossa participação, onde pudéssemos conversar e discutir a melhor opção que não prejudicasse ninguém”, frisou o cacique, da reserva de Clevelândia.

Decisão

Os indígenas e integrantes das escolas permaneceram o dia todo no NRE, aguardando o posicionamento das autoridades. Só ao final da tarde, eles receberam a resposta que tanto esperaram.

A chefia do Núcleo de Educação de Pato Branco entrou em contato com a superintendência de educação da Seed, para obter um posicionamento do que poderia ser feito sobre as reivindicações dos indígenas. A chefe do Núcleo Regional de Educação (NRE) de Pato Branco, Ana Seres Trento Comin, disse que a reivindicação das reservas foi justa e por isso entrou-se num consenso, de que a disciplina de língua materna, nas escolas indígenas, voltará a ter quatro horas-aula, como tinha em 2013, e não será diminuída a carga horária das aulas de artes e educação física. Ela também informou que no mês de março uma equipe do departamento de diversidades da Seed visitará as escolas indígenas, para orientar sobre a questão pedagógica.

Quanto às reivindicações para reforma, ampliação e construção de novas escolas indígenas, a chefe do NRE de Pato Branco informou que já foi feito o encaminhamento do protocolo e que a aprovação para a construção de uma nova escola indígena em Clevelândia está concedida. Contudo, o pedido está tramitando, e é normal que demore, porque existe um prazo até que o recurso seja enviado.



Executivo propõe quiosque na ERS-130

SÍTIO A HORA, 18.02.2014

Estrutura ficaria próxima à aldeia indígena no bairro Floresta. Custos não foram divulgados

Lajeado - A Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR) foi avisada da nova proposta da administração municipal, que pretende construir o quiosque para venda de artesanato indígena próximo à ERS-130. O local fica ao lado da aldeia Foxá, na faixa de domínio da rodovia, próximo a Arena Alvi-Azul. A Secretaria de Planejamento (Seplan) já iniciou um pré-projeto.

04Em setembro do ano passado, índios invadiram o acostamento de outro trecho da mesma rodovia, no bairro Montanha. Lá, construíram um quiosque improvisado para venda de balaios e outros artesanatos. Cobram uma garantia da gestão municipal anterior, que teria prometido uma edificação para o comércio.

Inexiste qualquer documento que obrigue a administração municipal a atender as reivindicações da tribo caingangue. O suposto acordo teria sido feito após os indígenas deixarem, em outubro de 2007, a faixa de domínio da ERS-130. Eles viviam em um acampamento próximo ao Presídio Estadual, no bairro Florestal, em frente ao local onde construíram o atual quiosque improvisado.

Naquela época, o Governo Municipal doou oito casas de madeira e mais um terreno na divisa dos bairros Santo Antônio e Jardim do Cedro, também próximo às margens da ERS-130. Conforme os indígenas, a construção de um quiosque para comercializar os artesanatos era uma das exigências feitas por eles para aceitar a realocação da tribo.

Mesmo sem responsabilidade sobre o comércio dos índios caingangues – cuja maioria provém de Nonoai –, o Executivo se esforça para resolver o impasse. A primeira sugestão era utilizar parte do terreno destinado para a Feira do Produtor, na rua Santos Filho. No entanto, projetos para piscicultura e resistência de agricultores que utilizam o local inviabilizaram a ideia.

Parque dos Dick é descartado

Em janeiro passado, a administração chegou a garantir a adaptação de uma parada de ônibus no Parque dos Dick para construção do quiosque. Mas, o local é considerado área alagável. Conforme determinação do Ministério Público (MP), é proibido edificar naquele local.

Os indígenas também foram contrários a proposta de utilizar a área próxima ao Parque dos Dick. “O local é muito perigoso. Há problemas de drogas e prostituição. Vão contaminar a tribo”, avisa o vice-cacique, Gregório Antunes da Silva. Ele teme que crianças sofram assédio de traficantes.

CONT.



Outra proposta que foi cogitada era a utilização do pátio da Polícia Civil, também na rua Santos Filho. No entanto, como o trâmite dependeria de aprovação do Governo Estadual, o Executivo desistiu da ideia.

“Queremos ficar na rodovia”

Os índios cobram uma estrutura com cozinha, luz, água e até quarto individual para guardar os produtos artesanais. Segundo o vice-cacique, a intenção da tribo é permanecer comercializando próxima à rodovia. “Ou ficamos aqui onde estamos (bairro Montanha), ou queremos o quiosque ao lado da aldeia. As vendas estão boas.”

De acordo com a secretária da Seplan, Marta Peixoto, um pré-projeto sem custo estimado já foi iniciado. No entanto, salienta que tudo depende de aprovação da EGR. Na semana passada, durante reunião com a estatal, o pedido foi encaminhado. Além do quiosque, há projeção de novas placas de sinalização e acessos para a tribo.

“Precisamos garantir a segurança deles. O projeto prevê até construção de um pequeno estacionamento para que a venda não ocorra na beira da estrada”, observa. A Secretaria de Meio Ambiente fará inspeção do local, para evitar desmatamentos desnecessários. Questionada sobre a nova proposta, a EGR ainda não se pronunciou.



Sai resultado preliminar do processo seletivo para escolas indígenas de RR

SÍTIO G1/RR, 18.02.2014

Resultado final está previsto para ser divulgado nesta terça-feira (18). Foram inscritos 216 candidatos para disputar 113 vagas oferecidas.

Foi divulgado o resultado preliminar do Processo Seletivo para as escolas indígenas do município de Boa Vista. A lista com o nome dos aprovados se encontra no Diário Oficial, na Coordenação de Educação Indígena, localizada na Secretaria Municipal de Educação (Smec) e na Escola Municipal Maria de Lourdes Dias de Abreu, situada na Vila Passarão, região do Murupú, zona Rural da cidade.

Foram inscritos 216 pessoas para disputar 113 vagas oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação. O resultado final está previsto para ser divulgado nesta terça-feira (18). O processo seletivo foi reaberto devido à necessidade de compor o quadro de servidores ativos e do quadro de reserva das escolas municipais nas comunidades indígenas de Boa Vista.

Foram ofertadas vagas para os cargos de Assistente de Aluno, Merendeira, Motorista, Professor de Educação Básica Indígena, Professor de Educação Básica Indígena Língua Materna (Macuxi e Wapixana) e Professor de Educação Física Indígena, oferecidos para as áreas indígenas do Município.



Moradores retirados de Marãiwatsédé serão assentados em Santa Terezinha e Alto Boa Vista

SÍTIO O REPÓRTER DO ARAGUAIA, 18.02.2014

Segue relato de representantes do Fórum de Direitos Humanos e da Terra recebidos pelo Superintendente Regional do INCRA-MT, Sr. Valdir Mendes Barranco no dia 12 de fevereiro de 2014, sobre a ação do Incra e demais órgãos governamentais quanto à invasão de não-indígenas que ocorreu no mês de janeiro deste ano na Terra Indígena Marãiwatsédé, Mato Grosso. Repassam as informações recebidas no intuito de desfazer certas notícias veiculadas pelo agronegócio na mídia.

"No ano passado, após a retirada dos posseiros da área xavante de Marãiwatsédé, 97 famílias que moravam na corrutela do Posto da Mata receberam uma casa própria no projeto 'Casulo' em Alto Boa Vista dentro do programa 'Minha casa Minha vida'. Os posseiros que estavam dentro da área receberam a proposta de serem assentados no Assentamento Santa Rita, de 200 lotes, no município de Ribeirão Cascalheiras. Não aceitaram alegando ser muito longe e a terra 'ser imprópria' e se deslocaram para Alto Boa Vista criando um sério problema social.

O Assentamento Santa Rita está hoje produzindo muito bem com outros assentados e uns poucos que depois se arrependeram e foram para lá. Recentemente, uma parte destes posseiros e outras famílias atraídas com 'cerveja e carne' oferecidos pelos fazendeiros expulsos da área, representantes da Aprosum (Associação dos Produtores Rurais da Área Suiá-Missú) voltaram no Posto da Mata ameaçando reocupar a mesma.

Reunidos então no local com a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e outros organismos públicos foi assinado um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), determinado pela Justiça Federal tendo o Incra o prazo de 60 dias para apresentar uma nova proposta de assentamento. O advogado da Aprosum, Luiz Alfredo Ceresim de Abreu, irmão da senadora Kátia Abreu, respondeu que obedeceriam mas que um dia voltarão dentro da área amparados pela lei. Hoje, das quatro áreas estudadas pelos técnicos do Incra, será escolhida uma, possivelmente no município de Santa Terezinha com 20.000 ha. ou no município de Alto Boa Vista com 16.000 ha. onde serão assentadas 174 famílias cadastradas pelo mesmo Incra no ano passado. Não será feito um novo cadastramento como queriam os mentores da recente invasão."

Axa.org



Líderes de movimentos sociais criticam e pedem a cassação do deputado Luis Carlos Heinze

SÍTIO RÁDIO CIDADE SA, 18.02.2014

Representantes de movimentos sociais defenderam nesta segunda-feira, em audiência pública na Assembleia Legislativa, a cassação do deputado federal Luis Carlos Heinze (PP). No ato — organizado pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos e que reuniu cerca de 200 pessoas —, entidades repudiaram as declarações do parlamentar.

Ao abrir os trabalhos, o presidente da comissão, Jeferson Fernandes (PT), informou ter encaminhado representação ao Ministério Público Federal pedindo providências e denunciando as violações aos direitos humanos contidas nas declarações de Heinze e de Alceu Moreira (PMDB).

Durante a audiência, no entanto, parlamentares petistas também tiveram de responder a críticas da plateia: foram cobrados pelo fato de Heinze e Alceu Moreira integrarem a base do governo Dilma Rousseff.

— Fico triste de o deputado Heinze não estar aqui. Eu queria dizer uma coisa para ele, e perguntar se ele conhece alguma estrada sem fim. Quem garante que no fim da vida ele não vai ser homossexual? — questionou a Cacica Aquab, cacica geral do povo charrua do RS, arrancando risos e aplausos.

Ficou definido que um grupo de trabalho será formado nos próximos dias para avaliar as sugestões encaminhadas pelas entidades. Procurado pela reportagem, Heinze avaliou que as ações têm a intenção de “tirar votos” dele e da senadora

Ana Amélia Lemos (PP). Segundo ele, suas declarações foram mal interpretadas, mas reiterou que não retira o que disse a respeito de índios e quilombolas:

— Já pedi desculpas aos homossexuais, não tenho nada contra.

Alceu Moreira disse que há uma “exploração de natureza política”:

— Não tenho nada para me preocupar, não tenho nenhum reparo a fazer. Só disse para os agricultores se defenderem.

Vídeo polêmico

— Em novembro passado, os deputados federais Luis Carlos Heinze (PP-RS) e Alceu Moreira (PMDB-RS) participaram de uma audiência pública da Comissão de Agricultura da Câmara no salão paroquial de Vicente Dutra, no norte do Estado.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 31./ 2014

Brasília, 18 de fevereiro de 2014.

— Os discursos foram gravados e vieram à tona na semana passada, com a divulgação de um vídeo no YouTube. Na gravação, Heinze aparece fazendo um discurso inflamado.

— Diante do público, formado por agricultores, Heinze sugeriu a contratação de segurança privada para manter a posse das terras. Em outro momento, disse que quilombolas, índios e homossexuais são “tudo o que não presta”.

— Moreira orientou os produtores rurais a se fardarem de “guerreiros” para não deixar nenhum “vigarista desses dar um passo na sua propriedade”. “Reúnam verdadeiras multidões e expulsem do jeito que for necessário”, completou.zh

Índio Guarani Kaiowa é espancado e abandonado no mato

SÍTIO CAÇADOR ON LINE, 18.02.2014

Roberto da Silva, 32 anos, foi encontrado por vigilantes da Fazenda São Miguel, interior de Lebon Régis na noite de domingo, 16, bastante machucado com cortes na cabeça devido a várias pedradas e pauladas que foram desferidas contra ele.



FOTO: Lebon Régis Online

Roberto é índio da tribo Guarani Kaiowa de Mato Grosso do Sul e trabalha com demais companheiros da tribo na colheita de maçã, em Lebon Régis.

Ele foi levado até a sede da empresa por vigilantes da empresa, onde os Bombeiros de Lebon Régis foram acionados e encaminharam a vítima até o Hospital Santo Antônio.

Roberto teve alguns ferimentos na cabeça e deu entrada no Hospital com suspeita de traumatismo craniano e seu estado é instável.



Vandalismo teve participação de não-índios no protesto dos Kaimbés, acredita a polícia

SÍTIO EUCLIDESDACUNHA.COM, 18.02.2014

Cessada a tensão entre índios/manifestantes e a polícia, ocorrida neste domingo, 16, em frente ao Complexo de Polícia Civil e 5º BPM/Euclides da Cunha, as atenções de muitos euclidenses passam ao resultado dos atos de vandalismo provocados dos depredadores instantes depois que policiais militares conseguiram conter uma tentativa de invasão mais agressiva dos índios Kaimbés de Massacará (Ver matéria: Polícia rechaça invasão de indígenas ao CPC de E. da Cunha).

Arremessando pedras e com pedaços de madeira os vândalos quebraram vidros e amassaram a chaparia de muitos automóveis estacionados em frete ao Complexo Policial Civil - CPC. São carros velhos e seminovos, como viaturas velhas, automóveis rebocados de acidentes ou apreensão e veículos seminovos, dentre estes um que pertence ao delegado de polícia Paulo Jason Falcão e um de marca Volkswagen Voyage, de placa policial nº HMJ-4926, licenciado de Euclides da Cunha, de propriedade do empresário Edjalma Costa – um dos primeiros veículos a serem danificados durante o vandalismo, com para-brisa e vidros do fundo e das portas da lateral esquerda quebrados.

Em contato com a redação do site euclidesdacunha.com, na noite desta segunda-feira, 17, o proprietário do Voyage sinalizou que já prestou queixa na Polícia e que irá entrar com uma ação judicial contra o Estado, para que os danos materiais sejam reparados.

Os danos materiais recaíram também sobre o CPC que teve várias vidraças e telhado quebrados. As avarias ficaram mais visíveis durante o dia, quando foi possível perceber a real dimensão dos prejuízos causados pelas pedras arremessadas à distância contra a unidade de segurança, tendo pedras de diversos tamanhos espalhadas nas áreas internas e externas. Um serviço de um vidraceiro foi solicitado nesta segunda-feira para procedimentos de substituição dos artefatos.

As pedras também causaram lesões sem gravidade em pelos menos dois policiais militares lotados no 5º BPM/Euclides da Cunha, que foram encaminhados ao Hospital Municipal ACM, onde receberam atendimento médico e posteriormente liberados.

Ninguém foi preso por essa ação de destruição, mas a Polícia Civil irá apurar os fatos e tentar identificar os vândalos que causaram prejuízos tanto no patrimônio público quanto no privado, embora encontre dificuldades na identificação, pelo fato de parte dos destruidores estarem na parte central do perímetro urbano da BR 116/Norte, que não mais está iluminada integralmente há meses – fato denunciado pelo site euclidesdacunha.com, mas que nenhuma providência foi adotada pelos órgãos responsáveis pela manutenção da iluminação pública.

De certo é que a polícia já sabe que parte dos depredadores é da cidade de Euclides da Cunha;
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 31./ 2014

Brasília, 18 de fevereiro de 2014.

além de alguns índios, conforme pôde ser observado no momento da correria das pessoas após policiais rechaçar à bomba e spray de pimenta tentativa de invasão ao complexo policial civil de Euclides da Cunha.

Há quem questione a participação de alguns moradores da cidade de Euclides da Cunha, principalmente os que os “defendem”, mas alguns fatos são contundentes, pois no momento da dispersão muitos índios correram em direção à esquerda da Delegacia de Polícia, onde havia uma razoável iluminação dos refletores do CPC e 5º BPM, ao contrário de outros que correram para à direita; parte mais escura, onde câmeras não conseguiam capturar com qualidade toda a ação. Porém, havia agentes observando todo o tumulto e, com isso, muitos serão identificados pela Polícia.



Por que a Funai tem medo do diálogo?

SÍTIO AGRONOTÍCIAS, 18.02.2014

A Fundação Nacional do Índio (Funai) perdeu novamente a oportunidade de ser vista pelo setor produtivo como uma entidade de credibilidade. No início de fevereiro, deputados da Câmara Federal foram barrados ao participarem de uma reunião pública para tratar de temas de interesse da nação, de alta relevância social e econômica, como são os processos de demarcação ou ampliação de terras indígenas.

A reunião ocorreu dia 4 de fevereiro na sede da Funai, em Brasília, com representantes do governo federal e das prefeituras dos municípios de Juína e Brasnorte para tratar da ampliação da área indígena Enawenê-Nawê. Deputados federais, que estavam legalmente representando os cidadãos, inicialmente foram impedidos de participarem da reunião. Após argumentações e avisos de que o fato seria divulgado na imprensa, todos conseguiram entrar.

Por que a Funai, uma entidade pública, não abre espaço para o diálogo? Por que foge das discussões do Congresso Nacional quando o tema em questão envolve os produtores rurais? Já participei de várias audiências públicas em Brasília e a Funai, apesar de convidada formalmente, sempre se ausentou sem ao menos disponibilizar um representante.

Esta conduta da fundação só reforça a tese de que a entidade que propõe, no caso a Funai, não pode ser a mesma que julga os processos de demarcação de terra indígena. Quando isso ocorre, torna-se fácil transitar em um ambiente de ditadura. Há tempos a Funai cumpre com este papel: emite as instruções normativas para propor criação e ampliação de terra indígena; demarca as áreas; cuida dos recursos administrativos; julga e decide o que ela considera melhor para os índios, sem ouvir as famílias de não-índios envolvidas no processo.

Os processos de demarcação de novas terras indígenas são unilaterais, com regras inconstitucionais, que só beneficiam o órgão e, o que é mais grave, negam a garantia do devido processo legal sob aplausos do poder central. Por que a Funai age sem ouvir a sociedade e sem dar condições amplas e justas de defesa às pessoas atingidas nos processos demarcatórios?

Os principais problemas dos índios, segundo pesquisa do Datafolha encomendada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), são educação, saneamento básico, saúde e emprego. Mas vemos uma entidade paternalista que acha que defende os interesses dos índios quando na realidade não é o que observamos na prática.

Estamos entre os poucos países que possuem a maior área destinada aos índios. Uma pesquisa da CNA apontou que o volume de terras indígenas no país corresponde a 13% do território brasileiro. Em países como o Canadá, Austrália e Estados Unidos os percentuais são de 0,26%, 4,72% e 5,72% respectivamente.

CONT.



O argumento da Funai para delimitar uma área é raso e sempre o mesmo: por aqui os índios andaram. Para reparar a dívida histórica que o Brasil tem com os índios, não cabem as cobranças e punições impostas às cidades de baixo índice eleitoral e longe dos grandes centros urbanos. Coincidência? Se esse raciocínio fosse coerente, praticamente todo o país precisaria ser devolvido à população indígena, já que existem registros históricos de passagem destes povos por vários estados, em especial no litoral brasileiro.

Já diziam os antigos que os fracos e incorretos são os que deveriam ter medo do diálogo. A atitude da Funai coloca em xeque seu preparo para participar do debate. Nossa conclusão é que a entidade de defesa dos índios cria conflitos e desconfianças entre índios e não-índios. Esta discórdia é fomentada pela Funai de forma clara, pública e dolosa. A Funai não abdicará dos seus direitos de defender os produtores rurais de Mato Grosso, Estado que ocupa destaque nacional na produção de soja, milho, algodão e carne bovina.



Ilhéus: criação de terra indígena aumenta conflito no campo

SÍTIO MUNICÍPIOS BAIANOS, 18.02.2014

A criação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, de 47.376 hectares, coloca o Sul da Bahia em pé de guerra. De um lado, grandes e pequenos proprietários de terras. De outro, um contingente de cinco mil pessoas que se declaram índios e que passaram a ocupar fazendas nos últimos anos para pressionar o governo a efetivar o território indígena. Os tupinambás foram os primeiros índios a terem contato com os colonizadores no século XVI. Guerreiros lembrados por rituais de antropofagia, chegaram a ser considerados extintos.

O relatório de delimitação feito pela Funai ficou pronto em 2009, mas até agora o processo não foi concluído. A resposta do governo é sucinta: "O processo está em análise no Ministério da Justiça".

Entre 2009 e 2011, 11 indígenas foram assassinados na Bahia. Das 51 pessoas incluídas no Programa de Defensores dos Direitos Humanos no estado, 35 são líderes indígenas, 26 deles da etnia Tupinambá. Nos últimos quatro meses, três indígenas e um pequeno agricultor tombaram mortos na região de Olivença. Cerca de cem homens da Força Nacional e da Polícia Federal estão mobilizados para pacificar a área.

Resort seria motivo para demora na demarcação

A Terra Indígena Tupinambá de Olivença abrange os municípios de Ilhéus, Buerarema e Una. Na região de Ilhéus, a explicação para a demora na análise do relatório de delimitação da TI e a indecisão do governo é um projeto de construção de um resort, batizado de Primavera, na Praia de Acuípe, única a ter um trecho na área delimitada. Onze hotéis existentes ficaram fora da TI.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) e a Polícia Federal em Ilhéus avaliam que a demora na decisão agrava os conflitos. Trinta processos pedem na Justiça reintegração de posse de cerca de 40 fazendas. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que suspenda as liminares a favor dos proprietários, com base na delimitação apresentada pela Funai. Os fazendeiros dizem que nem todos os que ocupam suas fazendas são indígenas.

— A gente tem uma grande dúvida sobre o que é índio e o que não é — diz Abiel Silva Santos, da Associação de Produtores Rurais.

Reservas têm 25 mil índios

A Funai informa que tem 5 mil índios em seu cadastro, mas admite que há não índios dentro da área delimitada. A fundação não estima quantos são. Eles teriam promovido invasões para, na desocupação, serem incluídos em assentamentos de reforma agrária.

CONT.



O Sul da Bahia tem 11 terras indígenas, com cerca de 25 mil índios. Em monografia apresentada à Universidade Federal da Bahia em 2003, Patrícia Navarro de Almeida Couto descreve que até 1999 Olivença possuía um total de 400 índios, que evoluiu para 2.189 em março de 2002, a partir do decreto publicado no Diário Oficial da União, em 1999, que assegurava atendimento diferenciado às populações indígenas. Ela explicou que o que parece uma fraude para os leigos, para os antropólogos não é. Alvo de matanças e preconceito por séculos, a maioria deixou de se declarar índio. Com a conjuntura favorável a partir da Constituição de 1998, ocorreu na região — e ainda acontece — o “ressurgimento étnico”.

— Os índios eram preconceituosamente chamados de “caboclos de Olivença” — conta Haroldo Helena, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

A rearticulação indígena tomou fôlego após a comemoração dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, quando índios de várias cidades se reuniram em Cabralia. Para ser índio, é preciso se declarar índio. Para ser incorporado a uma comunidade, é preciso ser aceito pelo grupo.

— A gente se escondeu, mas manteve nossos segredos — diz a cacique Valdelice Amaral, da Aldeia Itapuã, de Ilhéus.



Índios continuam acampados em fazenda de Iguatemi

SÍTIO SUL NEWS, 18.02.2014

Cerca de 250 índios invadiram a sede da Fazenda Cambará, em Iguatemi, no último dia 12

LUCIANA BRAZIL

Os cerca de 250 índios que invadiram no último dia 12 a sede da fazenda Cambará, em Iguatemi, continuam acampados no local. Na área de 762 hectares, a Justiça havia determinado, há mais de dois anos, que um hectare seria ocupado pelo grupo guarani-kaiowá.

Os índios descumpriram na semana passada a determinação e invadiram a sede da fazenda. O advogado do proprietário da fazenda, Armando Albuquerque, garantiu que não houve tiroteio entre funcionários da fazenda e indígenas, como informou a Fundação Nacional do Índio (Funai).

Ainda conforme o órgão, os índios reivindicam acesso à educação. Os índios estariam há mais de 2 anos sem estudar e a única escola da região fica na cidade de Iguatemi, mas eles reivindicam uma instituição na aldeia.

A área, segundo Armando, deverá ser comprada pelo Ministério da Justiça. "Mas por enquanto nós vamos pedir que a reintegração de posse", disse o advogado.



Defensores de cotas para negros em concursos pedem votação de projeto pela Câmara

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.02.2014

Proposta ainda precisa ser aprovada no Plenário para poder seguir para análise do Senado

Do R7, com Agência Senado

Em debate na CDH (Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa), nesta segunda-feira (17), entidades do movimento negro e especialistas em políticas de ações afirmativas defenderam a aprovação do projeto de lei do governo que prevê reserva de 20% das vagas nos concursos públicos federais para candidatos afrodescendentes.

A proposta já passou por duas comissões na Câmara dos Deputados, mas ainda depende de aprovação no Plenário para ser encaminhada ao Senado.

O Movimento Educafro, dirigido pelo Frei David Santos, solicitou ao senador Paulo Paim (PT-RS) apoio para uma audiência com o presidente do Senado, Renan Calheiros. O objetivo é pedir que ele transmita ao presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, apelo das entidades para que a matéria seja rapidamente levada ao Plenário daquela Casa.

Para os participantes da audiência, a reserva de vagas encontra suporte no princípio constitucional que define a redução das desigualdades sociais como um dos objetivos do Estado brasileiro.

Em termos jurídicos, o entendimento é de que a medida tem equivalência nas cotas para acesso às universidades federais. Por isso, a crença de que não há razão para que o projeto precise ser debatido no STF (Supremo Tribunal Federal).

O especialista em ações afirmativas Adilson Moreira defendeu a adoção de cotas para negros no serviço público, o que considera perfeitamente compatível com os princípios da eficácia e do interesse público. Na audiência, Moreira afirmou que todas as pessoas brancas direta ou indiretamente se beneficiam da discriminação racial no Brasil e que as instituições brasileiras "são dominadas por um grupo racial de ascendência europeia, ou seja, brancos".

Foi ainda lembrado que os homens negros, na média, ganham apenas metade da renda dos homens brancos. No caso das mulheres negras, os ganhos correspondem a 70%.

Também foi apontada a importância da medida para o enfrentamento do racismo institucional, com a participação maior de afrodescendentes em posições de poder, para melhor compreensão das experiências e realidades desse grupo populacional.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 31./ 2014

Brasília, 18 de fevereiro de 2014.

Para o advogado Ciro Bueno, especialista no tema inclusão, a reserva de 20% das vagas para negros nos concursos públicos tem equivalência jurídica nas cotas em universidades. Ele lembra que o STF já considerou as cotas constitucionais.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Jorge Marcio Andrade.



Moção de Apoio À Criação das Unidades de Conservação de Uso Sustentável nos Cerrados de Minas Gerais

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.02.2014

A Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais vem, através de Braulino Caetano dos Santos, representante dos povos geraizeiros na Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, até a presença do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, denunciar a grave violação de direitos das comunidades geraizeiras de Minas Gerais, em particular das que vivem nas áreas onde há mais de 10 anos promovem uma luta visando a criação de duas unidades de conservação de uso sustentável: a RDS Nascentes dos Gerais, localizada nos municípios de Rio Pardo de Minas, Vargem Grande do Rio Pardo e Montezuma, e a RDS Tamanduá, localizada no município de Riacho dos Machados.

Solicitamos a interveniência deste órgão colegiado no sentido de convocar o ICMBio e a Ministra do Meio Ambiente para que justifiquem a demora de mais de 10 anos na proteção dos territórios das comunidades geraizeiras cujas áreas, em sua maioria terras públicas, vem sendo constantemente objeto de grilagem e de destruição por fazendeiros e empresas plantadoras de eucalipto.

Os agroextrativistas de Minas Gerais estão pagando muito caro pelos desmandos ambientais provocados pelo avanço das grandes fazendas e corporações sobre os cerrados, a mata seca e caatinga de Minas Gerais. Sob a conveniência dos governos de Minas Gerais e União, projetos, programas e empreendimentos financiados com recursos públicos nacionais e internacionais, pelo BNDS, vem provocando enormes impactos ambientais e sociais sobre as populações que, historicamente, aprenderam a conviver com estes ecossistemas de forma muito mais sábia.

Em Minas Gerais há mais de 10 anos comunidades agroextrativistas entraram com solicitação para criação de 5 Unidades de Conservação de Uso Sustentável. No entanto, a morosidade das ações do ICMBio na criação destas UCUS estimulam a ganância dos que promovem a destruição no estado de Minas Gerais. Desmatamentos clandestinos são realizados, lideranças locais são ameaçadas, licenciamentos são aprovados sem considerarem a enorme necessidade das comunidades que vivem no entorno destas áreas.

Neste sentido viemos solicitar a este órgão colegiado sua intervenção visando a imediata criação das Unidades de Conservação de Uso Sustentável que estão tramitando no ICMBio, a exemplo da RDS Nascentes dos Gerais cujo processo já encontra-se finalizado.

Braulino Caetano dos Santos

Representante dos Geraizeiros na CNPCT

Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais.

Montes Claros, 03 de fevereiro de 2014



Movimento Geraizeiro e Articulação Rosalino Cobram Agilidade do Ministério do Meio Ambiente e da Presidenta Dilma para Criação da RDS Nascentes dos Gerais
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.02.2014

Lideranças geraizeiras estiveram reunidas no dia 14 de fevereiro de 2014 no Acampamento Quintino Soares, município de Montezuma, onde cobraram do MMA e ICMBio, agilidade para a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Nascentes dos Gerais. Aproveitaram a reunião para também dar continuidade no planejamento da ocupação da RDS onde discutiram a gestão da criação dos animais nas áreas de solta e a coleta sustentável do pequi.

José da Silva, geraizeiro da Comunidade de Roça do Mato informou sobre os contatos feito com o ICMBio, da cobrança que a Articulação Rosalino fez à Giovanna Palazzi, Diretora de Criação de UCs, para que o órgão declare parte interessada no processo que a Empresa Estância Lagoa da Pedra move contra os geraizeiros de Montezuma e Vargem Grande do Rio Pardo. As comunidades que lutam pela criação da RDS Nascentes dos Gerais retomaram uma área de 6.000 ha em 2013 para impedir a continuidade do desmatamento e plantio da monocultura do eucalipto. Segundo o Sr. Clemente, do acampamento Quintino Soares, foi mais um passo dado pelo geraizeiros na proteção do território tradicional da RESEX Areião Vale do Guará, hoje RDS Nascentes dos Gerais: "A gente não podia ver a empresa plantar eucalipto nas cabeceiras dos córregos Guará e Roça do Mato. Nós dependemos destas águas e das frutas do mato".

Carlos Dayrell, do CAA NM informou de sua viagem a Brasília e da reunião na audiência da Comissão de Direitos Humanos da Secretaria da Presidência da República onde apresentou a moção da Articulação Rosalino cobrando urgência na criação das Unidades de Conservação de Uso Sustentável pelo ICMBio em Minas Gerais que conta com seis processos abertos, o primeiro deles há 13 anos. Destes seis processos, apenas o da RDS Nascentes dos Gerais já cumpriu todos os passos, faltando agora apenas a publicação do Decreto pela Presidenta Dilma Rousseff. Segundo Carlos Dayrell, esta demora na criação das Unidades de Conservação de Uso Sustentável significa uma violação de direitos de comunidades que estão sofrendo segundas violências promovidas por empresas reflorestadoras e de mineração, como a CARPATHION, no município de Riacho dos Machados e Estância Lagoa da Pedra, no município de Montezuma.

Gilson, conhecido como Sol, da Organização para a Libertação dos Sem Terra, diz que a OLST vem contribuindo com o Movimento Geraizeiro por compreender que os cerrados não podem ser destruídos, acabando com todos os seres vivos que nele vivem, inclusive com as comunidades tradicionais. Ele explica: apoiamos a retomada realizada pelos geraizeiros e no dia sete de agosto de 2013 estivemos juntos no Fórum de Rio Pardo de Minas na audiência da Vara Agrária de Minas Gerais onde denunciemos o juiz cujas decisões tem sido sempre a favor dos grileiros de terra.

Segundo o Dr. André, da assessoria jurídica que vem acompanhando o caso e defendendo os geraizeiros da região do Alto Rio pardo, a Empresa Estância Lagoa da Pedra adquiriu terras griladas pela família Costa. São milhares de ha de terras públicas que foram griladas aqui na

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 31./ 2014

Brasília, 18 de fevereiro de 2014.

região, o que levou a Polícia Federal e o MPE a intervir nesta região. Além da REPLASA, da Cia VALE DO RIO DOCE, FLORESTAMINAS, diversas outras empresas estão envolvidas em fraudes que vem sendo investigados em Minas Gerais. O antigo Secretário Extraordinário da Reforma Agrária do Governo de Minas Gerais, Deputado _____ já foi preso e seus bens foram penhorados em função com o envolvimento com a máfia da grilagem de terras de Minas Gerais.

As sessenta famílias acampadas no Acampamento Quintino Soares estão apreensivas, pois o despejo é eminente. Na retomada que fizeram já implantaram uma horta, plantaram roças e agora estão fazendo a coleta do pequi. Um intermediário está comprando o pequi e levando para Goiânia. Estimam que cerca de 6.000 caixas sejam coletadas, podendo gerar uma receita bruta de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). E a coleta tem regras. Só o pequi caído no chão que pode ser coletado. E com o cuidado de não coletar todos, pois tem muitos outros animais que também se alimentam do pequi.

As famílias estão apreensivas, mas não estão paradas. Depois que percorreram as ruas de Rio Pardo de Minas, ficaram mais animadas. Contam com o apoio do STR de Rio Pardo de Minas, do MASTRO, da FETAEMG, do CAANM, da Pastoral Comunitária de Salinas, de professores e estudantes do IFNM – Campus Salinas, da UNIMONTES, de pesquisadores da EMBRAPA CERRADOS e do Sind-UTE. Por isso, na reunião do dia 14 de fevereiro, diversas outras atividades ficaram programadas: organização da coleta do pequi; reunião com os criadores de gado para definir melhor as regras da solta dos animais; mobilização para uma nova manifestação a ser realizada no mês de março. A esperança é que até lá a RDS Nascentes dos Gerais já tenha sido decretada. Mas, se não tiver, a resistência continua defendendo o território, com despejo ou não!.

Movimento Geraizeiro

Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais

Montezuma, 17 de fevereiro de 2013.